

**PROCESSO** - A. I. Nº 108580.0001/04-9  
**RECORRENTES** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL e VESPER S/A.  
**RECORRIDOS** - VESPER S/A. e FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSOS** - RECURSOS DE OFÍCIO E VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JF nº 0245-01/06  
**ORIGEM** - IFEP SERVIÇOS  
**INTERNET** - 18/09/2007

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJP Nº 0293-11/07

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. **a)** UTILIZAÇÃO A MAIOR. AQUISIÇÕES DE BENS PARA O ATIVO PERMANENTE. Comprovada parcialmente a infração, após a constatação de que no levantamento fiscal foi considerado tão-somente o valor do diferencial de alíquotas, desconsiderando-se o ICMS destacado nas notas fiscais, o que foi acatado pelos autuantes; **b)** ESTORNO DE DÉBITO. FALTA DE COMPROVAÇÃO. TRANSFERÊNCIA DE ATIVO IMOBILIZADO E MATERIAL DE USO E CONSUMO. Infração elidida em parte, ao se comprovar que parte dos lançamentos se refere a pagamento em duplicidade do imposto, o que foi acatado pelos autuantes. Mantida a Decisão. Recurso de Ofício **NÃO PROVIDO**. Recurso Voluntário **PREJUDICADO**, em razão da renúncia a qualquer discussão do sujeito passivo, diante do recolhimento das quantias objeto de suas alegações recursais. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso de Ofício em razão de o julgamento ter desonerado o contribuinte de parte do débito exigido no lançamento, consoante determina o art. 169, I, “a”, do RPAF/99, e de Recurso Voluntário interposto pelo sujeito passivo, em face da Decisão proferida pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal, no Acórdão JF nº. 0245-01/06, ter decidido pela Procedência em Parte do Auto de Infração, o qual fora lavrado para exigir o valor de R\$2.423.043,38, relativo às seguintes infrações:

1. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, no valor de R\$104.492,11, decorrente da falta de apresentação do competente documento fiscal comprobatório do direito ao referido crédito, nos meses de janeiro, abril a julho e setembro a dezembro de 2002;
2. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, no valor de R\$709.584,31, apropriada a maior no CIAP nos meses de janeiro a dezembro de 2002 e 2003, referente a mercadorias adquiridas para integrar o ativo permanente do estabelecimento;
3. Entrada no estabelecimento de mercadoria sujeita à tributação sem o devido registro na escrita fiscal, no mês de janeiro de 2002, ensejando na multa de 10%, no valor de R\$35.767,58;
4. Falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$1.005.152,21, relativo a operações de saídas de mercadorias não declaradas, como base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque no exercício de 2002;

5. Estorno de débito de ICMS em desacordo com a legislação, no valor de R\$568.047,17, procedido nos meses de março, junho e novembro de 2003.

A Decisão recorrida foi pela Procedência Parcial do Auto de Infração, no montante de R\$2.045.075,56, em razão das seguintes considerações:

1. Com relação à primeira infração, foi mantida a exigência, uma vez que o contribuinte apenas alega a existência dos documentos fiscais, sem, entretanto, comprovar a sua alegação, conforme constatado através de diligências realizadas pelos autuantes e pela ASTEC/CONSEF, neste sentido;
2. Inerente à segunda infração, a Decisão foi de considerar que os autuantes acataram parcialmente as razões defensivas de que foi considerado no levantamento fiscal tão somente o valor do diferencial de alíquotas do ICMS, sem, contudo, considerar a parcela do ICMS destacado nas notas fiscais relativas às aquisições de bens destinados ao ativo permanente. Assim, foi mantida parcialmente a exigência fiscal no montante de R\$611.485,69;
3. Quanto à terceira infração, foi mantida na sua integridade, pois não foi objeto de impugnação;
4. Referente à quarta infração, foi salientado que o contribuinte limitou-se a atacar genericamente à autuação, suscitando a improcedência, contudo sem impugnar a apuração dos valores descritos nos levantamentos fiscais, nem a apontar erros nos números autuados. Manteve a exigência fiscal.
5. No tocante à quinta infração, foi ressaltado que os autuantes acataram as razões defensivas referente ao valor de R\$276.482,20, recolhido a mais em razão de erro no transporte de débitos e créditos dos livros fiscais, o excluindo da exigência. Relativamente à exigência de R\$142.226,84, os autuantes admitiram o crédito de R\$3.387,00, passando este valor para R\$138.839,84, cujo item da autuação foi objeto de diligência realizada pela ASTEC. Assim, a Decisão é de que restou comprovado que o contribuinte efetuou indevidamente o estorno de débito da parcela remanescente deste item da autuação, no valor de R\$288.177,97.

A JJF recorre de ofício para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF da presente Decisão.

Inconformado com a Decisão proferida, o sujeito passivo apresenta Recurso Voluntário, às fls. 1.876 a 1.883 dos autos, pretendendo reformar a Decisão da JJF.

O Parecer PGE/PROFIS, às fls. 1.894 a 1.896, inerente à infração 02, sugere ao CONSEF a realização de diligência com o objetivo dos autuantes se manifestarem, quanto à alegação do recorrente de que eles não aplicaram nos exercícios de 2001 e 2003 o mesmo raciocínio que utilizaram para o exercício de 2002, já que para este último incluíram os créditos fiscais do ICMS pagos ao Estado de origem.

Em seguida, o patrono do recorrente anexa, às fls. 1.906 a 1.910 dos autos, os DAEs através dos quais dá quitação, nos termos da Lei nº. 10.328/06, em 31/10/06, de todas as exigências mantidas, integralmente ou parcialmente, na Decisão recorrida, do que requer que sejam homologados os pagamentos efetuados e extintos os créditos tributários, consoante art. 156, I, do CTN.

Em pauta suplementar do dia 05/12/06, o então relator do PAF, Conselheiro Guilherme Corrêa da Fonseca Lima, submete a 1ª CJF a análise da diligência solicitada pela PGE/PROFIS, a qual foi deliberada.

Os autuantes, em atenção à diligência solicitada, esclarecem que, quando da informação fiscal prestada, referente à infração 2, concordaram em parte com o contribuinte, conforme planilhas inerentes aos exercícios de 2002 e 2003, às fls. 1790 e 1791 dos autos. Por fim, salientam que o contribuinte já quitou o PAF aproveitando-se da anistia.

À fl. 1.921 dos autos, a PGE/PROFIS opina pelo arquivamento do Recurso Voluntário, sob a justificativa de que “...o presente AI foi objeto de quitação integral com os benefícios da lei de anistia, pelo que deve o presente Recurso ser arquivado, já que o pagamento nos termos da referida lei importa em renúncia a qualquer discussão administrativa ou judicial do débito em questão”.

Por fim, à fl. 1.921, verso, foi consignado que o PAF foi redistribuído, tendo em vista que o Conselheiro Guilherme Corrêa da Fonseca Lima pediu desligamento do CONSEF.

## VOTO

Trata-se de Recurso de Ofício por ter a Decisão recorrida exonerado parcialmente o sujeito passivo dos débitos originalmente exigidos, relativos às infrações 2 e 5, conforme previsto no art. 169, I, “a”, item 1, do RPAF, como também de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte no sentido de modificar a Decisão da 1ª Instância no que tange às infrações 1, 2, 4 e 5 do Auto de Infração.

Contudo, da análise das peças processuais, verifico que o recorrente renunciou do seu Recurso Voluntário interposto ao quitar os débitos remanescentes, mantidos no Acórdão recorrido e objeto de seu aludido Recurso Voluntário, conforme provam os Documentos de Arrecadação Estadual, às fls. 1.906 a 1.910 dos autos, nos valores principais de: R\$104.492,11, referente à integralidade da infração 1; R\$611.485,69, referente ao valor mantido na Decisão recorrida, relativo à infração 2; R\$35.767,58, referente à integralidade da infração 3; R\$1.005.152,21, referente à integralidade da infração 4, e R\$288.177,97, referente ao valor mantido na Decisão recorrida, relativo à infração 5.

Assim, diante da quitação de tais valores, concluo que o exame na esfera administrativa do Recurso Voluntário ficou PREJUDICADO, porque tal fato acarreta na desistência do referido Recurso Voluntário interposto.

No tocante ao Recurso de Ofício apresentado pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal, relativo às infrações 2 e 5 do Auto de Infração, por ter exonerado parcialmente o sujeito passivo do montante dos débitos originalmente exigidos, a Decisão recorrida foi fundamentada na depuração do valor real devido, na busca insaciável da verdade material, decorrente de diversas diligências realizadas pelos próprios autuantes e por preposto da Assessoria Técnica do CONSEF, impulsionadas pelos próprias alegações do contribuinte, em suas várias manifestações no decorrer do Processo Administrativo Fiscal.

Assim, diante de tais circunstâncias, concordo com a Decisão recorrida, a qual se alicerçou na revisão realizada pelos autuantes, na qual acataram parcialmente as razões defensivas, sendo que:

1. quanto à segunda infração, corrigiram a falha existente no levantamento fiscal, de modo a se considerar como crédito fiscal de ICMS, não só o valor do diferencial de alíquotas do ICMS, mas, também, a parcela do ICMS destacado nas notas fiscais, relativas às aquisições de bens destinados ao ativo permanente;
2. inerente à quinta infração, excluíram do montante exigido o valor de R\$276.482,20, recolhido a mais em razão de erro no transporte de débitos e créditos dos livros fiscais, como também admitiram o crédito de R\$3.387,00, relativo à exigência de R\$142.226,84, passando este valor para R\$138.839,84, cujo item da autuação foi objeto de diligência realizada pela ASTEC, na qual concluiu que “...não há o que modificar, além do que já foi alterado pelos autuantes em relação ao débito reclamado”.

Do exposto, sou por considerar PREJUDICADO o Recurso Voluntário e pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício, devendo os autos ser encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **108580.0001/04-9**, lavrado contra **VESPER S/A.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$2.009.307,98**, acrescido das multas de 60% sobre R\$1.004.155,77 e 70% sobre R\$1.005.152,21, previstas no art. 42, VII, “a” e III, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$35.767,58**, prevista no art. 42, IX, da citada lei, e dos acréscimos moratórios na forma estabelecida pela Lei nº 9.837/05, devendo os autos ser encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de agosto de 2007.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - RELATOR

ANA CAROLINA ISABELLA MOREIRA - REPR. DA PGE/PROFIS